



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ
CENTRAL DE CONCURSOS E VERIFICAÇÕES – CCV
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 01/BATURITÉ-CCV/UFC

Analista Ambiental

Instruções

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Noções de Administração Pública; de 21 a 30 – Aspectos Históricos, Geográficos e Administrativos do Município de Baturité e de 31 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades, conforme subitem 13.16 do Edital.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Data: 14 de junho de 2026.

Inscrição

Sala

01 [...] abri quatro modelos de linguagem geradores de conteúdo e perguntei-lhes se um
02 romance escrito por eles seria literatura. De um modo mais ou menos categórico, todos disseram
03 que não. Alguns fizeram uma descrição pungente do que os desqualifica para produzir arte, que é
04 o mesmo que nos impede de os considerar humanos: "Eu não tenho infância, ressentimentos,
05 medo da morte, obsessões, não perdi alguém que amo, não senti o frio na barriga do primeiro
06 beijo, não tive o coração partido".

07 Mas todos iniciaram a resposta dizendo mais ou menos o mesmo: "Essa é uma pergunta
08 extraordinariamente profunda". Este tipo de elogio ao utilizador é constante. Parece-me que o
09 seu sucesso e popularidade dependem disso, e é por isso que as pessoas usam o ChatGPT como a
10 Rainha Má usa o espelho. "Chat, chat meu, existe alguém mais belo do que eu?". E, como ele
11 não conhece ou faz por ignorar a existência da Branca de Neve, a resposta é sempre satisfatória.

12 Uma amiga perguntou ao ChatGPT se devia importar para Portugal determinado produto
13 americano. Ele respondeu: "Sim! Que ideia magnífica e criativa. Parece-me um projeto
14 excelente." Então ela disse: "Não sejas condescendente. Diz o que achas mesmo." E ele
15 respondeu: "É uma má ideia. As características do mercado português são bastante específicas e
16 o que resulta nos Estados Unidos irá provavelmente fracassar em Portugal".

17 Ela ficou convencida com esta última opinião, mas creio que devia ter desconfiado das duas.
18 O ChatGPT limitou-se a lisonjear o que considerou ser a expectativa dela em cada momento,
19 revelando assim o que me parece ser a sua natureza essencial: ele é um puxa-saco automático.

Adaptado de: PEREIRA, Ricardo Araújo. As pessoas usam o ChatGPT como a Rainha Má usa o espelho. *Folha de São Paulo*.
30/05/2026. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-araujo-pereira/2026/05/as-people-use-chatgpt-like-the-queen-mary-uses-the-mirror.shtml. Acesso em 30/05/2026.

01. Na frase "as pessoas usam o ChatGPT como a Rainha Má usa o espelho" (linhas 09-10), o autor:
- A) utiliza-se de conhecida metáfora literária.
 - B) apela para o recurso da intertextualidade.
 - C) provoca ambiguidade com fins estilísticos.
 - D) incorre em incoerência externa ironicamente.
02. No trecho "Alguns fizeram uma descrição pungente..." (linha 03), o termo destacado pode ser substituído, mantendo o mesmo sentido no texto, por:
- A) diligente.
 - B) insolente.
 - C) imponente.
 - D) comovente.
03. É correto afirmar, segundo o texto, que os modelos de linguagem geradores de conteúdo não produzem literatura, porque:
- A) a literatura exige pessoas capazes de amar de verdade.
 - B) a arte só pode ser produzida por quem sofre muito.
 - C) falta-lhes a vivência das experiências humanas.
 - D) sendo máquinas, não usam linguagem figurada.
04. O texto tem como propósito central:
- A) defender a opinião de modelos como o GPT serem lisonjeiros.
 - B) incentivar o emprego de inteligência artificial por pessoas comuns.
 - C) discutir o mau uso de inteligência artificial para produzir literatura.
 - D) enaltecer a franqueza dos modelos de linguagem geradores de conteúdo.

05. Assinale a alternativa cuja palavra apresenta prefixo e sufixo derivacionais em sua formação.
- A) ressentimentos.
 - B) popularidade.
 - C) categórico.
 - D) utilizador.
06. Assinale a alternativa em que, como "puxa-saco" (linha 19), a palavra está escrita conforme as normas oficiais vigentes.
- A) anti-ético.
 - B) re-edição.
 - C) auto-regulação.
 - D) super-realístico.
07. No trecho "As características do mercado português são bastante específicas" (linha 15), o termo destacado se classifica morfologicamente como:
- A) pronome.
 - B) advérbio.
 - C) adjetivo.
 - D) substantivo.
08. Assinale a alternativa que indica corretamente a função sintática do termo destacado em "que nos impede de os considerar humanos" (linha 04).
- A) predicativo.
 - B) objeto direto.
 - C) adjunto adnominal.
 - D) complemento nominal.
09. O período "Ela ficou convencida com esta última opinião, mas creio que devia ter desconfiado das duas" (linha 17) poderia ser reescrito corretamente, sem prejuízo do sentido, como:
- A) Ela se convenceu da última opinião, porquanto deveria ter desconfiado das duas.
 - B) Ela ficou convencida da última opinião, na medida em que desconfiava das duas.
 - C) Creio que ela ficaria convencida com uma das opiniões, contanto que precisaria desconfiar das duas.
 - D) Embora ela tenha ficado convencida com a última opinião, creio que devia ter desconfiado das duas.
10. Assinale a alternativa em que a palavra "mesmo" pertence à mesma classe gramatical da destacada em "Diz o que achas mesmo" (linha 14).
- A) Todos apresentam o mesmo comportamento.
 - B) Os modelos disseram mais ou menos o mesmo.
 - C) As pessoas acreditam mesmo na resposta da IA.
 - D) Mesmo sabendo dos riscos, as pessoas usam o GPT.

11. São brasileiros naturalizados:
- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - B) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - C) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
12. De acordo com o Art. 14 da Constituição da República Federativa do Brasil, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de:
- A) Dezoito anos para Vereador.
 - B) Vinte e cinco anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
 - C) Trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
 - D) Quarenta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
13. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- A) Do Presidente da República.
 - B) Do Presidente da Câmara dos Deputados.
 - C) De mais da metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - D) De um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
14. De acordo com o Art. 200 da Lei Orgânica do Município de Baturité, o Conselho Municipal de Educação será composto democraticamente na seguinte proporção:
- A) 1/2 indicado pelo Executivo Municipal e 1/2 indicado pelo Legislativo Municipal.
 - B) 1/3 indicado pelo Executivo Municipal, 1/3 indicado pelo Legislativo Municipal e 1/3 indicado proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
 - C) 1/4 indicado pelo Executivo Municipal, 1/4 indicado pelo Legislativo Municipal e 2/4 indicados proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
 - D) 1/5 indicado pelo Executivo Municipal, 2/5 indicados pelo Legislativo Municipal e 2/5 indicados proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
15. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), considera-se integridade:
- A) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - B) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
 - C) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
 - D) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

16. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de:
- A) 5 (cinco) dias a contar da sua ciência.
 - B) 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
 - C) 20 (vinte) dias a contar da sua ciência.
 - D) 30 (trinta) dias a contar da sua ciência.
17. De acordo com a LGPD, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e diversos princípios, dentre eles, o princípio da necessidade, que consiste em:
- A) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - B) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
 - C) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
 - D) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
18. Conforme a Lei nº 14.681 (Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação), consiste no conjunto de normas, diretrizes e práticas que integram as condições, a organização, os processos de trabalho, as práticas de gestão e as relações socioprofissionais, com a finalidade de alinhar as necessidades e o bem-estar dos servidores à missão institucional:
- A) Saúde integral.
 - B) Bem-estar no trabalho.
 - C) Qualidade de vida no trabalho.
 - D) Valorização do profissional da educação.
19. O Decreto nº 9.758/2019, que dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal, não se aplica:
- A) Às comunicações entre agentes públicos federais e autoridades estrangeiras ou de organismos internacionais.
 - B) Às comunicações entre empregados, conselheiros, diretores e presidentes de empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - C) Às comunicações entre empregados terceirizados que exercem atividades diretamente para os entes da administração pública federal.
 - D) Às comunicações entre Vice-Presidente e Presidente da República.
20. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), é correto afirmar:
- A) Todo ser humano tem direito à remuneração por trabalho, sendo consideradas as distinções pertinentes.
 - B) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita nos graus elementares, fundamentais, técnicos e superiores.
 - C) Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias não remuneradas periódicas.
 - D) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

21. Baturité originou-se da Vila Real de Montemor-o-Novo d' América, criada em 14 de abril de 1764, em meio ao processo de colonização do Ceará. A decisão de fundação da vila foi tomada, pela Coroa Portuguesa, considerando que:
- A) a criação da vila se inseria no projeto de União Ibérica.
 - B) a presença dos padres jesuítas era necessária para a composição da Câmara Municipal.
 - C) a participação dos inacianos era fundamental para a ampliação do núcleo populacional.
 - D) a localidade concentrava algumas etnias indígenas provenientes de zonas centrais da capitania.
22. O município de Baturité está inserido numa APA (Área de Proteção Ambiental) instituída através do Decreto Estadual 20.956/1990, alterado pelo Decreto 27.290/2003. Entre as medidas incentivadas no contexto da APA, com o objetivo de melhor preservar o ecossistema local, estão o incentivo:
- A) à especulação imobiliária para fins turísticos.
 - B) à criação de RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural).
 - C) à adoção de um único lixão para atender Baturité e municípios vizinhos.
 - D) à ampliação do cultivo da banana em áreas acima de 600 metros acima do nível do mar.
23. A estrada de ferro que passou a interligar a capital Fortaleza à cidade de Baturité levou cerca de 10 anos para ser concluída (1872-1882) e promoveu as seguintes mudanças nas relações de trabalho:
- A) a chegada de imigrantes europeus para compor a força motriz da ferrovia.
 - B) a presença dos indígenas aldeados entre os trabalhadores das linhas de ferro.
 - C) a exploração de trabalhadores livres em situação análoga à escravidão na construção da ferrovia.
 - D) o uso mais intensivo de mão de obra escravizada no desmatamento e na produção de dormentes.
24. O município de Baturité enfrenta desafios ambientais críticos, destacando-se:
- A) a falta de um aterro sanitário.
 - B) a preservação da biodiversidade nativa.
 - C) o investimento no agronegócio sustentável.
 - D) a ausência de ações ecológicas conjuntas com municípios vizinhos.
25. O Sítio Arqueológico Serra do Evaristo, localizado no município de Baturité (CE), é reconhecido e protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e faz parte de um território quilombola que:
- A) preserva vestígios de povos originários.
 - B) está em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares.
 - C) sedia um museu administrado pela Prefeitura Municipal de Baturité.
 - D) possui titulação fundiária expedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).
26. “No Ceará não é possível falar de uma aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente (...) das quais não saíram homens ilustres” (GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1947, p. 371-372).
- Analisando a história das lavouras de café em Baturité, conclui-se que:
- A) A cafeicultura contou com mão de obra livre.
 - B) O cultivo do café data de meados do período colonial.
 - C) O ápice da produção cafeeira aconteceu no século XVIII.
 - D) A produção cafeeira se restringiu ao uso de mão de obra escravizada.

27. O programa de erradicação de cafezais improdutivos, executado em todo o Brasil pelo Instituto Brasileiro do Café, a partir da década de 1960, atraiu cafeicultores do Maciço de Baturité em razão da indenização paga aos que aderissem ao programa. Essa adesão, no município baturiteense, possibilitou:
- A) O fim da produção cafeeira no município.
 - B) A retomada das práticas da cafeicultura tradicional.
 - C) O cultivo do café consorciado com a Mata Atlântica remanescente.
 - D) A manutenção das antigas fazendas de café somente com finalidade turística.
28. Na atualidade, a situação geopolítica de Baturité, no contexto da macrorregião do Maciço, considerando os dados do IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), está assim configurada:
- A) Possui a maior extensão territorial.
 - B) É um dos menores arrecadadores de impostos.
 - C) Trata-se do menor município em termos populacionais.
 - D) Apresenta o maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os demais municípios.
29. A Serra de Baturité é um enclave no meio dos sertões cearenses, muito apreciado por sua beleza cênica. Entre os aspectos de sua geografia física estão:
- A) A prevalência de um relevo pouco acidentado.
 - B) A existência de solos que dificultam a infiltração das chuvas.
 - C) A predominância de vegetação com padrões de floresta úmida.
 - D) O predomínio de rios e riachos intermitentes graças a construção de barragens.
30. A conformação física do município de Baturité, atualmente, é resultado:
- A) do desenvolvimento da agropecuária.
 - B) da ampliação dos distritos de Boa Vista e São Sebastião.
 - C) da aquisição de territórios provenientes da então Vila de Acarape.
 - D) de sucessivos desmembramentos territoriais que lhe diminuíram o tamanho original.

31. De acordo com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, qual o objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) tem como meta tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, assinale a alternativa correta.
- A) ODS 01
 - B) ODS 10
 - C) ODS 13
 - D) ODS 18
32. Qual programa é uma política pública do Governo Federal, desenvolvida como programa de sustentabilidade pelo MMA, a fim de promover a responsabilidade socioambiental na gestão pública, por meio da adoção de critérios sustentáveis nas atividades do setor público?
- A) A2P
 - B) A3P
 - C) ASG
 - D) ISO 14001
33. De acordo com o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor aprovado por lei municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Plano Diretor é obrigatório para cidades com população acima de quantos habitantes?
- A) 10.000 habitantes.
 - B) 12.000 habitantes.
 - C) 15.000 habitantes.
 - D) 20.000 habitantes.
34. De acordo com o Sistema Nacional do Meio Ambiente, qual o órgão consultivo e deliberativo com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida?
- A) SAAE.
 - B) IBAMA.
 - C) CONAMA.
 - D) A Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
35. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, assinale a alternativa correta.
- A) O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.
 - B) O Grau de Impacto (GI) nos ecossistemas podem atingir valores de 0,5 a 1%.
 - C) O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo somatório do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR.
 - D) Serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

36. “Os estágios consecutivos e encadeados de um sistema de produto (ou serviço), desde a aquisição da matéria-prima ou de sua geração, a partir de recursos naturais até a disposição final”, diz respeito ao conceito de:
- A) Governança.
 - B) Ciclo de vida.
 - C) Sustentabilidade.
 - D) Produção mais limpa.
37. De acordo com a Lei nº 14.850, de 2 de maio de 2024, o que é um poluente primário?
- A) São poluentes caracterizados por fontes fixas de emissão.
 - B) São poluentes caracterizados pela extensão de sua ocorrência.
 - C) São poluentes diretamente emitidos pelas fontes de poluição atmosférica.
 - D) São poluentes formados a partir de reações químicas na atmosfera entre os poluentes atmosféricos.
38. De acordo com a Lei nº 15.190 de 08 de agosto de 2025, “área em que se presume a ocorrência de impacto ambiental para determinada tipologia de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente” diz respeito a:
- A) Área de estudo.
 - B) Área de influência direta.
 - C) Área diretamente afetada.
 - D) Área de influência indireta.
39. Qual licença ambiental, de acordo com a Lei nº 15.190, de 08 de agosto de 2025, “é um ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora que estabelece condicionantes a serem observadas e cumpridas pelo empreendedor para localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico, ainda que utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente”?
- A) Licença Ambiental Especial.
 - B) Licença Ambiental Única.
 - C) Licença de Instalação.
 - D) Licença Prévia.
40. Considere que determinada indústria de produção e beneficiamento de cera de carnaúba opera em estrita conformidade com as condicionantes de sua licença ambiental válida e dentro dos padrões de emissão fixados pelo órgão competente. Contudo, em decorrência de uma inversão térmica atípica na região, a dispersão dos efluentes atmosféricos regulares da fábrica gerou uma concentração momentânea de poluentes que provocou danos à saúde de moradores de um bairro vizinho. À luz dos conceitos legais estabelecidos expressamente na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), assinale a afirmativa correta.
- A) A configuração do conceito legal de poluidor, nessa situação hipotética, depende da comprovação de dolo ou culpa do operador na condução do processo industrial.
 - B) A indústria não pode ser classificada juridicamente como poluidora, visto que sua atividade é lícita, autorizada pelo Poder Público e operava dentro dos limites regulamentares.
 - C) O nexos causal resta rompido por força maior decorrente do fenômeno climático da inversão térmica, descaracterizando o conceito legal de degradação da qualidade ambiental.
 - D) A alteração adversa das características do meio ambiente que cause danos à saúde humana configura poluição, independentemente da licitude e da regularidade formal da atividade que lhe deu causa.

41. Qual ferramenta tem a finalidade de subsidiar os gestores e técnicos municipais na elaboração, revisão ou implantação de políticas públicas voltadas ao uso e à ocupação do solo, em especial, o Plano Diretor Municipal, sendo a “Base AMBIENTAL” do processo?
- A) Licenciamento Ambiental Municipal.
 - B) Zoneamento Ambiental Municipal.
 - C) Plano de Resíduos Municipal.
 - D) Plano de Manejo Municipal.
42. A Diretoria Executiva da Autarquia Municipal de Meio Ambiente convoca sua equipe técnica para dar início à elaboração do Plano de Zoneamento Ambiental do município. O objetivo principal é compatibilizar o avanço das atividades de ecoturismo, incluindo a abertura de trilhas interpretativas e a implantação de estruturas de hospedagem ecológica, com a preservação dos remanescentes de vegetação nativa e das áreas de recarga de aquíferos. No que tange ao Zoneamento Ambiental (atualmente denominado Zoneamento Ecológico-Econômico), importante instrumento previsto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, assinale a afirmativa correta.
- A) O zoneamento ambiental funciona como um instrumento de planejamento estático, cujos limites e critérios ecológicos fixados originariamente não podem ser revisados após a sua publicação oficial.
 - B) A competência para a elaboração e aprovação do zoneamento ambiental é de caráter privativo e exclusivo da União, competindo aos Municípios apenas a sua execução material e fiscalização supletiva.
 - C) O zoneamento ambiental restringe-se ao planejamento das áreas rurais e florestais do país, sendo vedada a sua aplicação em perímetros urbanos consolidados para não colidir com a competência do Plano Diretor Municipal.
 - D) Trata-se de um mecanismo de planejamento que visa organizar, de forma vinculante para as decisões de licenciamento, a distribuição espacial das atividades econômicas e a proteção dos ecossistemas, in consonância com as diretrizes de uso e ocupação do solo.
43. Durante uma reunião de alinhamento institucional na recém-criada Autarquia do Meio Ambiente e Sustentabilidade, a Diretoria Executiva manifesta a necessidade de otimizar os fluxos de fiscalização e monitoramento para empreendimentos de impacto local. Diante disso, o Diretor de Controle solicita ao Analista Ambiental um memorando técnico que detalhe a correta inserção dessa estrutura autárquica municipal na organização federativa do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Considerando as regras de competência e a natureza jurídica dos órgãos que compõem o referido sistema, o Analista Ambiental deve fazer constar em seu relatório a seguinte informação correta:
- A) Os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental em suas respectivas jurisdições, integram o SISNAMA na qualidade de órgãos locais.
 - B) Os órgãos seccionais do SISNAMA são constituídos pelas fundações e autarquias federais incumbidas exclusivamente de executar programas e projetos de conservação de recursos naturais.
 - C) O CONAMA é o órgão executor do SISNAMA, detendo a competência privativa de emitir licenças ambientais para empreendimentos cujos impactos ultrapassem os limites territoriais de um Estado.
 - D) O Conselho de Governo atua como órgão central do SISNAMA, competindo-lhe formular as diretrizes da política nacional e deliberar, em última instância administrativa, sobre multas aplicadas pelo IBAMA.

44. Durante a análise do processo de licenciamento ambiental de um loteamento residencial urbano de alta padrão, um Analista Ambiental municipal depara-se com estudos técnicos divergentes. O parecer apresentado pelo empreendedor afirma que a supressão de uma formação vegetal xerófila específica na área não causará impactos significativos à fauna e flora local. Por outro lado, o setor de biodiversidade da Autarquia Municipal de Meio Ambiente emitiu nota técnica apontando que, embora não haja certeza científica absoluta ou estudos conclusivos a respeito, há o risco iminente de extinção local de duas espécies endêmicas, uma de cactácea e outra de um anfíbio, caso a vegetação seja suprimida. Diante da incerteza científica instalada e do risco de dano grave ou irreversível, o Analista Ambiental deve fundamentar seu parecer de indeferimento ou de exigência de estudos complementares com base no princípio da:
- A) Prevenção, visto que os impactos potenciais já foram mapeados e individualizados pelo órgão ambiental, restando ao município mitigar os riscos conhecidos.
 - B) Função socioambiental da propriedade, tendo em vista que o direito de construir do proprietário fica condicionado à regeneração prévia de biomas degradados.
 - C) Equidade intergeracional, pois o princípio impõe a paridade imediata entre o desenvolvimento industrial do município e a preservação total de áreas particulares.
 - D) Precaução, uma vez que a ausência de certeza científica absoluta não deve ser utilizada como razão para postergar a adoção de medidas eficazes para impedir a degradação ambiental.
45. Uma Prefeitura Municipal, buscando modernizar seu parque industrial e atrair investimentos sustentáveis, editou uma lei local que concede isenção temporária da taxa de fiscalização ambiental e prioridade na tramitação de licenças para empresas que comprovem a captação e reuso de 100% das águas pluviais em suas plantas produtivas, além da manutenção de áreas verdes internas superiores ao limite legal exigido. No âmbito do Direito Ambiental, a criação desse incentivo financeiro estatal positivo, que premia condutas ambientalmente benéficas que extrapolam a obrigação legal, fundamenta-se especificamente no princípio do:
- A) Usuário-pagador.
 - B) Poluidor-pagador.
 - C) Protetor-recebedor.
 - D) Desenvolvimento sustentável, em sua vertente puramente econômica de livre concorrência.
46. Um analista ambiental de uma Autarquia Municipal de Meio Ambiente recebe para análise o requerimento de uma empresa que pretende iniciar as obras de terraplenagem, instalação de galpões e sistemas de saneamento para uma grande central de distribuição de mercadorias, a primeira da região. O empreendedor anexou ao pedido uma Licença Prévia (LP) válida, expedida pelo próprio Município no ano anterior, alegando que o documento já o autoriza a iniciar a movimentação de maquinário e a montagem das estruturas, dado que a localização já foi aprovada. À luz do regramento das espécies de licenças ambientais, assinale a conduta juridicamente correta a ser adotada pelo analista:
- A) Determinar o arquivamento do processo, uma vez que a execução de obras de grande porte exige, de forma cumulativa e concomitante, as três espécies de licenças (LP, LI e LO) expedidas em um único ato administrativo indivisível.
 - B) Indeferir o início imediato das obras estruturais, esclarecendo que a execução do projeto arquitetônico e as intervenções no terreno exigem a concessão prévia e específica da Licença de Instalação (LI), que aprova os planos e programas de controle ambiental.
 - C) Emitir parecer favorável ao início imediato das obras de terraplenagem, visto que a Licença Prévia atesta a viabilidade ambiental e a localização do empreendimento, restando à fase de instalação apenas o detalhamento operacional da atividade.
 - D) Conceder uma autorização verbal precária para o início das fundações do prédio, condicionando a emissão formal da Licença de Operação (LO) ao término da fase de edificação.

47. O consórcio privado ECO-BEURE pretende instalar um moderno aterro sanitário intermunicipal para processar resíduos sólidos urbanos de uma microrregião. O empreendimento ocupará áreas situadas estritamente dentro dos limites territoriais de um único Município, provocará impactos ambientais puramente locais, e não interceptará terras indígenas, unidades de conservação da União ou bens federais. O Município em questão possui órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente deliberativo devidamente constituídos. Considerando as regras de repartição de competências estipuladas pela Lei Complementar nº 140/2011, a competência para conduzir o licenciamento ambiental desse empreendimento pertence:
- A) À União, de forma privativa, por envolver o tratamento de rejeitos e a proteção da saúde pública em caráter regional.
 - B) Ao Estado, tendo em vista que a natureza intermunicipal da origem dos resíduos sólidos transfere automaticamente a competência executiva ao órgão ambiental seccional do SISNAMA.
 - C) Ao Município, visto que o critério definidor da competência executiva municipal se assenta na localização territorial do empreendimento e no caráter local do impacto ambiental, independentemente da procedência dos resíduos.
 - D) Aos Municípios de origem e de destino de forma compartilhada, exigindo-se a emissão de licenças ambientais concomitantes e idênticas por todas as prefeituras da microrregião.
48. No exercício de suas atribuições na Autarquia Municipal de Meio Ambiente, um Analista Ambiental é designado para realizar uma vistoria técnica de fiscalização em uma oficina mecânica de tratores e implementos agrícolas de médio porte. No local, ele constata que o estabelecimento opera sem as devidas caixas separadoras de água e óleo (SAO) obrigatórias, descartando óleo lubrificante usado (conhecido localmente como óleo queimado) diretamente na rede de águas pluviais. Para fins de preenchimento do Auto de Infração, do Relatório de Fiscalização e da aplicação adequada da Avaliação de Impactos Ambientais, instrumento previsto no art. 9º, inciso III, da Lei nº 6.938/1981, o analista deve estabelecer o nexo de causalidade diferenciando tecnicamente as ocorrências observadas. À luz dos conceitos de aspecto ambiental e impacto ambiental, assinale a afirmativa correta.
- A) A liberação do óleo lubrificante na rede pluvial constitui um aspecto ambiental (causa), ao passo que a conseqüente alteração química da qualidade da água e a mortandade de microrganismos no corpo receptor configuram o impacto ambiental (efeito).
 - B) O funcionamento da oficina mecânica de tratores constitui, por si só, um dano ambiental presumido e absoluto, restando o descarte do óleo classificado como um aspecto ecológico irrelevante para a caracterização do nexo causal.
 - C) O descarte irregular de óleo queimado é classificado legalmente como o impacto ambiental originário, ficando a definição de aspecto ambiental restrita apenas à geração de resíduos sólidos como estopas e panos contaminados por graxa.
 - D) O descarte do óleo lubrificante na caixa de rede pluvial configura o impacto ambiental direto, enquanto a perda da qualidade da água no corpo receptor final configura estritamente o aspecto ambiental da atividade.

49. Uma empresa de engenharia protocolou junto à Autarquia Municipal de Meio Ambiente o estudo ambiental para o projeto de pavimentação e ampliação de uma estrada vicinal de integração que interligará o Distrito de São Lucas do Tadeu ao Distrito de Padre Pio. Ao analisar o item relativo à Classificação e Valoração dos Impactos Ambientais, parte integrante da Avaliação de Impactos Ambientais prevista no art. 9º, inciso III, da Lei nº 6.938/1981, o Analista Ambiental constatou que a execução do projeto causará: a supressão de indivíduos arbóreos isolados na faixa de domínio da estrada rural, cujas perdas serão compensadas com o plantio de novas mudas nativas na mesma microbacia hidrográfica; e a atração de novas frentes de comércio, pequenos serviços e escoamento agrícola ao longo das margens da via após a sua inauguração. Diante dos critérios técnicos de classificação de impactos ambientais na escala municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) A dinamização econômica interdistrital gerada pela atração de comércio local caracteriza um impacto ambiental direto, classificado juridicamente como irreversível de nível regional.
- B) A supressão das árvores isoladas gera um impacto ambiental classificado como reversível; a atração de frentes comerciais, de serviços e fluxos agrícolas constitui um impacto ambiental indireto (ou secundário).
- C) Ambos os impactos descritos no enunciado são classificados tecnicamente como diretos, homogêneos e temporários, desaparecendo por completo após a desmobilização do canteiro de obras da estrada.
- D) A remoção da vegetação arbórea na zona rural constitui um impacto ambiental negativo e obrigatoriamente permanente, visto que a árvore suprimida não pode ser reinserida no solo original.

50. A prefeitura planeja implantar uma nova via estruturante para o escoamento da produção agrícola local, focada no transporte de grandes safras de banana, milho, feijão, café e cana-de-açúcar. O projeto básico prevê a abertura e pavimentação de uma estrada de rodagem interdistrital ligando dois importantes polos produtores, projetada com duas faixas de rolamento em cada sentido para suportar o fluxo de caminhões bitrens. Sabendo que a Autarquia Municipal de Meio Ambiente possui estrutura técnica capacitada e competência para o licenciamento de impactos locais, o Analista Ambiental é consultado sobre a obrigatoriedade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a obra.

Com base no rol de atividades sujeitas ao EIA/RIMA dispostos na Resolução CONAMA nº 001/1986, assinale a afirmativa correta.

- A) O município poderá dispensar a elaboração de EIA/RIMA para a referida estrada vicinal caso a Diretoria Executiva da Autarquia assine um termo de relevância socioeconômica, justificando o suporte à agricultura familiar local.
- B) A Resolução dispensa o EIA/RIMA para projetos rodoviários municipais de escoamento agrícola, exigindo o estudo detalhado apenas quando as estradas interceptarem os limites de mais de um Estado da Federação.
- C) O rol da Resolução CONAMA nº 001/1986 prevê a exigência de EIA/RIMA para grandes ferrovias e portos marítimos, mas omitiu intencionalmente as estradas de rodagem municipais, cabendo ao ente local regulamentar a dispensa.
- D) A construção de estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento depende obrigatoriamente do licenciamento amparado em EIA/RIMA, cuja análise técnica deve balizar a decisão de controle preventivo da Autarquia Municipal.